

Vitória (ES), quinta-feira, 20 de Outubro de 2020.

RESUMO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 005/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO E A EMPRESA CONCEITO EDIFICAÇÕES LTDA.

CONTRATANTE: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

CONTRATADA: CONCEITO EDIFICAÇÕES EIRELI-ME.

INSTRUMENTO AUTORIZADOR: Processo n.º 79928668.

OBJETO DO TERMO: Apostilamento ao valor do contrato nº 005/2018, passando pagar a CONTRATADA, a partir de 01 de abril de 2020 o valor de R\$ 9.620,64 (nove mil seiscentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos).

Vitória, 21 de outubro de 2020.

DOUGLAS CAUS-CEL QOC
COMANDANTE GERAL DA PMES
Protocolo 621214

Polícia Civil – PC-ES

EDITAL Nº 23/2020 DE NOTIFICAÇÃO E CITAÇÃO E PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O Conselho da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, por meio de seu Presidente, **AVISA** que no dia **04.11.2020 (quarta-feira)**, às **9 horas**, no Plenário do Conselho da Polícia Civil, localizado no 3º andar do Prédio da Chefia da Polícia, sito na Av. Nossa Senhora da Penha, 2.290, Santa Luíza, Vitória/ES (tel. 3137-9109), irá a julgamento os processos abaixo discriminados, ficando desde já os advogados e os policiais civis notificados e citados, respectivamente, para comparecerem à referida sessão, a fim de, se assim desejarem, apresentarem sustentação oral: **PAD 048/2018** em desfavor **PC IP JORGE FAVARATO** (Defensor: Dr. Raphael José dos Santos Sartori, OAB/ES 15.198); **PAD 060/2018** em desfavor do **PC IP JORGE LUIS MOREIRA VILLANUEVA** (Defensor: Dr. Rafael Roldi de Freitas Ribeiro, OAB/ES 9.888); **PAD 007/2019** em desfavor **PC IP NELSON JOSE DA SILVA CASTRO** (Defensora: Dra. Grazielle Gusmão Tavares Dias, OAB/ES 21.665); **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO PAD 052/2018** em desfavor **PC IP NELSON JOSE DA SILVA CASTRO** (Defensora: Dra. Grazielle Gusmão Tavares Dias, OAB/ES 21.665).

JOSÉ DARCY SANTOS ARRUDA
PRESIDENTE DO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL
Protocolo 620310

RESUMO CONTRATO DE DOAÇÃO Nº 096/2020

Processo: 87747308

Doador: Polícia Civil do ES

Donatário: Município de Guaçuí/ES.

Objeto: Doação de Mobiliário conforme descrição no Anexo I

Finalidade: Ações de interesse social na área de Educação do Município de Guaçuí/ES.

Valor estimado: R\$ 7.569,13 (sete mil quinhentos e sessenta e nove reais e treze centavos)

Vitória 23 de outubro de 2020

JOSÉ DARCY SANTOS ARRUDA
Delegado Geral da Polícia Civil/ES
Protocolo 621007

RESUMO CANCELAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2020

Processo: 87629666

Pregão: 031/2020

Contratante: Polícia Civil

Contratada: Biosave Diagnostica Ltda

Objeto: SWAB ESTÉRIL

Informamos que a referida Ata foi cancelada por acordo entre as partes, nos termos do Art. 25 do Decreto Estadual 1.790-R/2007.

Vitória, 26 de outubro de 2020

DENISE MARIA CARVALHO
Delegada Geral Adjunta da PCES
Protocolo 621011

Corpo de Bombeiros Militar – CBM-ES

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2017

CONTRATANTE: Estado do Espírito Santo, por intermédio do Fundo Especial de Reequipamento do Bombeiros - Funrebom, CNPJ: 02.489.503/0001-06.

CONTRATADO: Simpress Comércio, Locação e Serviços LTDA, CNPJ: 07.432.517/0001-07.

OBJETO: prorrogação de prazo de vigência do contrato pelo prazo de 12 meses, a contar de 18.10.2020.

Dotação Orçamentária:

Atividade: 452900

Elemento de Despesa: 33903900

UO: FUNREBOM

Valor: o valor anual estimado do contrato é de R\$ 81.090,00 (oitenta e um mil e noventa reais).

Nº Processo: 80891934

Vitória, 27 de outubro de 2020.

Félix Gomes Martins – Cel BM
CBMES

Protocolo 621112

Secretaria de Estado da Educação - SEDU -

Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 20/2020

Estabelece normas para recrutamento, seleção e contratação, em regime de designação temporária, para o cargo de Auxiliar de Secretaria Escolar.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3043/75, faz saber que realizará Processo Seletivo Simplificado, com base na Lei Complementar 809/2015, publicada no Diário Oficial de 25/09/2015, destinado à contratação em caráter temporário para suprir necessidades da rede escolar pública estadual de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 O presente processo trata de seleção de candidatos em regime de designação temporária, para o cargo de Auxiliar de Secretaria Escolar, para atuação nos municípios descritos no Anexo IV.

1.2 O processo seletivo regulamentado por este edital terá vigência de 12 meses, a partir da data de divulgação do resultado final, podendo ser prorrogado por até igual período. Constitui objetivo deste Edital recrutar e selecionar candidatos para contratação em regime de designação temporária no cargo de Auxiliar de Secretaria Escolar em atendimento às necessidades da rede escolar pública estadual.

1.3 O processo seletivo de que trata este Edital será composto pelas seguintes etapas:

a) 1ª ETAPA: Inscrição e declaração de títulos, de caráter classificatório.
b) 2ª ETAPA: Chamada, comprovação de títulos e formalização do contrato de trabalho, de caráter eliminatório.

1.3.1 A etapa de Inscrição e a classificação serão totalmente informatizadas.

1.3.2 A etapa de Chamada e comprovação de títulos compreenderá: convocação para entrega dos documentos comprobatórios dos requisitos e dos títulos, sendo esta etapa eliminatória.

1.3.2.1 A formalização de contrato se dará conforme item 9 deste Edital.

1.4 A Comissão Central responsável pela coordenação geral deste Processo Seletivo será instituída por Portaria própria e publicada no Diário Oficial.

1.5 É responsabilidade das Comissões Regionais designadas pela Portaria nº 403-S de 22 de março de 2018, a execução dos procedimentos de chamada, recebimento e conferência dos documentos para fins de contratação.

1.6 A SEDU dará ampla divulgação às etapas de Inscrição, Resultado Final e Chamadas através do site www.selecao.es.gov.br.

1.6.1 É de responsabilidade do candidato o acompanhamento deste processo seletivo por meio do site descrito no item 1.6 deste Edital.

2. DO CARGO, ATRIBUIÇÕES, REMUNERAÇÃO E JORNADA DE TRABALHO.

2.1 Os requisitos, as atribuições, a carga horária e a remuneração, objeto deste processo seletivo simplificado são os seguintes:

CARGO	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR
REQUISITOS	Certificado de conclusão, Histórico ou Diploma que comprove a conclusão de curso de nível médio, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação; E Curso de informática básica ou equivalente, com carga horária de, no mínimo 30 horas, emitido por instituição legalmente constituída.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES	As atribuições do Secretário Escolar estão previstas no Art. 17 da Portaria nº34-R publicada no Diário Oficial de 19/02/2018, e sumariamente descritas abaixo: Coordenar, organizar e responder pelo expediente geral da Secretaria Escolar, realizando: a) a computação e a classificação dos dados referentes à organização da unidade escolar; b) o atendimento ao público, na área de sua competência; c) o encaminhamento da documentação recebida de aluno transferido à equipe pedagógica para verificação de sua regularidade e a necessidade de complementação curricular; d) a comunicação à equipe técnico-pedagógica dos casos de estudantes que necessitam regularizar sua vida na unidade escolar seja quanto à falta de documentação, lacunas curriculares e outros aspectos pertinentes, observados os prazos estabelecidos em legislação vigente e pela SEDU; e) a atualização dos registros do aproveitamento do rendimento escolar e frequência dos estudantes; f) a manutenção dos registros dos prontuários dos alunos devidamente atualizados; g) a manutenção dos cadastros dos professores e demais servidores devidamente atualizados. h) manter afixado em local visível e de fácil acesso os atos oficiais da unidade escolar; i) divulgar as informações referentes à unidade escolar mediante autorização da direção escolar; j) zelar pela guarda e sigilo dos documentos escolares; l) organizar o serviço de atendimento a professores, estudantes e familiares/responsáveis, bem como a terceiros; m) cumprir regularmente as datas estabelecidas pela SEDU na entrega de documentos e informações no Sistema Estadual de Gestão Escolar - SEGES e demais sistemas informatizados utilizados pela Secretaria de Estado da Educação; n) responsabilizar-se pela atualização e fidedignidade dos dados inseridos no Sistema de Gestão Escolar (SEGES), Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIARHES) e demais sistemas utilizados pela Secretaria de Estado da Educação - SEDU; o) outras atribuições que lhe forem conferidas.

CARGA HORÁRIA	30 HORAS SEMANAIS
VENCIMENTO	R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais)
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais)

3. DAS VAGAS

3.1 As contratações temporárias serão admitidas em conformidade com a Lei Complementar Nº 809/2015.

3.2 As vagas serão distribuídas e preenchidas por interesse, conveniência e oportunidade da Administração da Educação Estadual.

3.3 Os contratos respeitarão a proporção de 20 X 1 para contratação de pessoa com deficiência na forma do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, de acordo com a demanda por município.

3.4 Os contratos respeitarão a proporção de 6 X 1 para contratação de Pessoa Negra na forma estabelecida na Lei Estadual nº 11.094 de 08 de janeiro de 2020.

3.5 Os contratos respeitarão a proporção de 33 X 1 para contratação de Indígenas na forma estabelecida na Lei Estadual nº 11.094 de 08 de janeiro de 2020.

4. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, NEGROS E INDÍGENAS:

4.1 Para a comprovação de atendimento à condição de Pessoa com Deficiência - PcD, o candidato inscrito nesta condição deverá apresentar laudo médico original, que declare compatibilidade com a atribuição do cargo, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência e sua correlação com a previsão do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações.

4.1.1 Será aceito somente laudo médico emitido nos últimos seis (06) meses, tendo como referência a data da chamada para contratação.

4.2 O candidato contratado na condição de pessoa com deficiência, negro ou indígena perderá automaticamente sua classificação na lista geral de resultado do processo seletivo.

4.3 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros ou indígenas, preenchendo a autodeclaração de que é preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.3.1 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativas, civil e penal, na hipótese de constatação de declaração falsa.

4.3.2 Detectada a falsidade da declaração a que se refere o caput, será o candidato eliminado do processo seletivo e, se houver sido contratado, ficará sujeito à rescisão da contratação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

4.3.3 Os candidatos que não forem reconhecidos como negros ou indígenas - cuja declaração resulte de erro, por ocasião de falsa percepção da realidade, não sendo, portanto, revestida de má-fé, continuarão participando do processo seletivo em relação às vagas destinadas à ampla concorrência.

4.3.4 O candidato negro ou indígena concorrerá, concomitantemente, às vagas a ele reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua ordem de classificação no concurso.

4.3.5 O candidato negro ou indígena convocado para as vagas a ele destinadas e para as reservadas às pessoas com deficiência, convocado concomitantemente para o provimento dos cargos, deverá manifestar opção por uma delas.

4.3.6 Na hipótese de que trata o item 4.3.5, caso o candidato não se manifestar previamente, será nomeado dentro das vagas destinadas aos candidatos negros ou indígenas.

4.3.7 Na hipótese de não haver número de candidatos negros ou indígenas suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação.

4.3.8 O candidato inscrito como negro ou indígena participará deste processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação de títulos e aos critérios de classificação, exigida para todos os demais candidatos.

4.3.9 O não enquadramento do candidato na condição de pessoa negra ou indígena não se configura em ato discriminatório de qualquer natureza.

4.4 A inobservância do disposto acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas, ficando o candidato sujeito à sua classificação na lista geral de resultado do processo seletivo.

5. DA INSCRIÇÃO

5.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o presente Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

5.1.1 A inscrição implicará a completa ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

5.2 As inscrições serão realizadas exclusivamente por meio eletrônico, devendo o candidato acessar o site www.selecao.es.gov.br, no período de **10h do dia 30/10/2020** até **17h do dia 06/11/2020**, observado o fuso-horário de Brasília/DF.

5.3 Ao candidato será permitida a realização de apenas 01 (uma) inscrição, na qual deverá informar nome completo, data de nascimento (dia, mês e ano), CPF, carteira de identidade, endereço residencial completo, telefone, e-mail, grau de escolaridade, os títulos que possui e que sejam passíveis de comprovação na forma do item 8 deste Edital, o município de seu interesse e indicar se é pessoa com deficiência, negro ou indígena.

5.3.1 O candidato é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo seletivo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata ELIMINAÇÃO do candidato que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido selecionado, a cessação do contrato de trabalho, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.3.2 É de inteira responsabilidade do candidato a inserção de suas informações no sistema, não sendo permitido qualquer recurso quanto ao seu resultado neste processo seletivo.

5.3.3 O candidato que, no momento de inscrição, informar data de nascimento diferente da que está em seu documento será RECLASSIFICADO para o último lugar da lista.

5.3.4 A SEDU não se responsabilizará por eventuais prejuízos causados pelo preenchimento incorreto dos dados de inscrição, nem pela inscrição não efetivada por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação ou congestionamento de linhas de comunicação que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos.

5.3.5 Após confirmar a inscrição no sistema, não há possibilidade de alteração, inclusão ou exclusão de informações.

5.4 É de responsabilidade do candidato a impressão da ficha de inscrição para fins de cumprimento do previsto no inciso XIV do item 9.8 deste Edital.

5.5 Não serão aceitas inscrições condicionais, via e-mail, correspondências, ou outra forma não prevista neste Edital e fora do prazo estabelecido no item 5.2 deste Edital.

6. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - ter, na data de assinatura do contrato, a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

III - possuir escolaridade e requisitos mínimos exigidos para a vaga, quando da contratação;

IV - estar quite com as obrigações eleitorais;

V - estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

VI - não ter sido demitido ou ter contrato rescindido por falta disciplinar;

VII - não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal, com impedimento de exercer a função pública.

VIII - não se enquadrar nas vedações contidas no inciso XVI, XVII e § 10 do art. 37 da Constituição Federal de 1988, alteradas pela Emenda Constitucional nº 19/98 e no artigo 1º do Decreto 2724-R, de 06/04/2011, publicado no D.O. de 07/04/2011:

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

IX - enquadrar-se comprovadamente à previsão do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, no caso de pessoas com deficiência.

X - enquadrar-se comprovadamente à previsão da Lei Estadual nº 11.094, de 08 de janeiro de 2020, no caso de pessoas negras ou indígenas.

6.1 O cargo objeto deste processo seletivo não se enquadra na definição de cargo técnico ou científico conforme previsto no art. 3º do Decreto 2724-R, de 06/04/2011.

7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 A lista geral dos candidatos classificados será disponibilizada no site www.selecao.es.gov.br em ordem decrescente, conforme pontuação declarada pelo candidato no ato de inscrição e divulgada **por Superintendência Regional de Educação e município de interesse**.

7.2 Nos casos de empate na classificação o desempate obedecerá a seguinte ordem de prioridade:

I - maior pontuação por tempo de experiência comprovada, conforme Anexo I - Quadro de Pontuação;

II - maior pontuação em títulos conforme Anexo I - Quadro de Pontuação;

III - maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.

7.3 É de responsabilidade do candidato o acompanhamento deste processo seletivo por meio do site descrito no item 1.6 deste Edital.

8. DA COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS

8.1 Para fins de avaliação de títulos serão atribuídos pontos obedecendo aos critérios definidos no **Anexo I - Quadro de Pontuação** deste edital.

8.2 Os cursos realizados no exterior só terão validade quando

Vitória (ES), quinta-feira, 29 de Outubro de 2020.

acompanhados por documento expedido por tradutor juramentado e reconhecido pelo MEC.

8.3 Os candidatos que possuem **60 meses ou mais trabalhados no cargo de Auxiliar de Secretaria Escolar em designação temporária na rede estadual de ensino do Espírito Santo**, no período de **01/02/2008 a 31/08/2020** não precisarão informar o tempo de serviço (será apontado automaticamente no sistema de inscrição) e nem comprová-lo no momento da chamada.

8.4 Os candidatos que não se enquadram no item 8.3 ou que possuem experiência profissional na área administrativa **deverão informar o tempo trabalhado no momento de sua inscrição** e a comprovação dar-se-á da seguinte forma:

I - Na área pública

a) Documento expedido pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, conforme o âmbito da prestação da atividade, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor datado e assinado pelo Departamento de Pessoal/Recursos Humanos de Órgãos ou Unidades Administrativas equivalentes especificando período compreendido, e os cargos ou funções exercidas comprovando a atuação declarada; **OU**

b) Declaração emitida por sites oficiais que contenham autenticação eletrônica, especificando o período compreendido e os cargos ou funções exercidas, comprovando a atuação declarada; **OU**

c) Na hipótese de experiência em escola pública, poderá ser apresentada declaração expedida pelo Diretor da escola onde atuou, contendo carimbo da unidade escolar e número da autorização do Diretor, especificando período compreendido e os cargos ou funções exercidas, comprovando a atuação declarada.

II - Na iniciativa privada

a) Cópia da carteira de trabalho (páginas de identificação com foto e dados pessoais e registro do (s) contrato (s) de trabalho **E**;

b) declaração emitida pelo empregador contendo assinatura com firma reconhecida ou carimbo que identifique o responsável pela referida declaração, informando período e atividades exercidas, comprovando a atuação declarada.

8.4.1 No caso de contrato em vigor (carteira sem data de saída), o empregador deverá incluir também na declaração especificada no inciso II do item 8.4, a data do término ou atesto de continuidade do contrato.

8.4.2 Será considerada para efeito de experiência profissional aquela adquirida no período compreendido entre **01 de fevereiro de 2008 a 31 de agosto de 2020**.

8.4.3 Eventuais experiências de **estágio ou voluntariado** não serão consideradas para fins de comprovação de tempo de atividade profissional.

9. DA CHAMADA PARA COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 Todas as chamadas obedecerão à ordem de classificação decrescente de pontuação e à **necessidade da SEDU**, sob a coordenação da Comissão Central de Processo Seletivo, que manterá toda a documentação e registros em processo destinado a esta finalidade.

9.1.1 Todas as chamadas serão divulgadas no site www.educacao.es.gov.br e www.selecao.es.gov.br respeitando a ordem de classificação, a data, o horário e local para comprovação de títulos e formalização do contrato.

9.1.2 Na hipótese da não comprovação dos requisitos mínimos exigidos para o cargo, o candidato estará **SUMARIAMENTE ELIMINADO** do processo de seleção.

9.1.3 Na hipótese da não comprovação dos itens a serem considerados como títulos, o candidato será automaticamente **RECLASSIFICADO** para o último lugar da lista de classificação, compondo assim nova lista.

9.2 O não comparecimento à chamada de que trata o item 9.1 implicará na **ELIMINAÇÃO** do candidato.

9.3 O candidato que, por qualquer motivo, estiver impedido de comparecer ao local determinado para escolha de vaga, poderá fazê-lo por Procurador legalmente habilitado.

9.3.1 O procurador previsto no item anterior deverá apresentar, no ato da escolha, além da procuração, documento de identidade com foto.

9.3.2 A procuração deverá ser elaborada de acordo com os termos previstos nos parágrafos 1º e 2º do art. 654 do código civil, inclusive quanto ao reconhecimento da firma.

9.3.3 Os poderes conferidos ao Procurador restringem-se apenas à escolha de vaga e à formalização do contrato, não cabendo, em hipótese alguma, conferi-los quanto à assunção do exercício.

9.4 Caso o candidato não assuma exercício na data estabelecida previamente no contrato, independente do motivo da não assunção, o processo de escolha será tornado sem efeito e o candidato será **ELIMINADO** deste processo seletivo.

9.5 O candidato que, no momento da chamada, por interesse próprio e decisão particular, não assumir a vaga oferecida deverá optar por assinar desistência do processo seletivo **OU** ser **RECLASSIFICADO**, compondo nova lista de classificação.

9.6 Conforme a Emenda Constitucional 59 publicada em 19/11/2008, o profissional contratado em designação temporária não poderá atuar sob direção imediata de cônjuge, companheira (o) ou de parentes de até terceiro grau civil, ou seja, por consanguinidade (pai, mãe, avô, avó, filho (a), neto (a), irmão (ã), tio (a), bisavô, bisavó, sobrinho (a), bisneto (a) e

por afinidade (pais, filhos (as), irmãos (ãs), avós, tio (a), bisavós, sobrinho (a), bisneto (a) do cônjuge.

9.7 A eficácia da contratação em caráter temporário de que trata o Edital estará condicionada à assinatura de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços pela Superintendência Regional de Educação-SRE, pelo profissional contratado acompanhado de 2 testemunhas e pela autoridade competente da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.

9.8 Para efeito de formalização do contrato, fica definida a apresentação de cópia legível e autenticada dos documentos abaixo **ou** apresentação de cópias simples de todos os documentos acompanhadas dos originais para conferência da autenticidade.

I - Certificado de conclusão de Ensino Médio e de curso de informática básica, de acordo com o estabelecido no item 2.1 - REQUISITOS.

II - Comprovante atualizado de situação cadastral do CPF emitido pelo site da Receita Federal

<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>, comprovando a regularidade cadastral do CPF;

III - Consulta impressa da Qualificação Cadastral (caso já tenha PIS/PASEP) pelo site: <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/resultadqualificacao.xhtml> comprovando a regularidade cadastral.

IV - Carteira de identidade (RG), com número, órgão expedidor e data de expedição da mesma ou outro documento que contenha todos os dados do RG citados neste inciso (data de expedição do RG, nº do RG e órgão expedidor do RG);

V - Título de eleitor com comprovante da última votação ou declaração de quitação da justiça eleitoral;

VI - Carteira de trabalho profissional onde conste fotografia, número/série, data de expedição, filiação, local de nascimento e página de contrato do primeiro emprego, mesmo que não tenha registro;

VII - Extrato do PIS/PASEP emitido pelo banco: PIS - Caixa Econômica Federal **ou** PASEP - Banco do Brasil, para candidatos já inscritos nos referidos programas. Candidatos não inscritos deverão apresentar declaração constante no anexo II do presente Edital (emitido nos últimos três meses);

VIII - Comprovante do ano do primeiro emprego (através da cópia da carteira de trabalho ou outro documento que comprove o ano do 1º emprego). Caso o candidato nunca tenha trabalhado, apresentar declaração informando que nunca trabalhou e cópia da página destinada ao primeiro emprego na carteira de trabalho.

IX - Comprovante de residência (conta de água, energia elétrica ou telefone);

X - Comprovante de conta bancária do BANESTES (se possuir);

XI - Comprovante dos Títulos e Experiência Profissional, conforme item 8.4 e o previsto no Anexo I - Quadro de Títulos;

XII - Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, em caso de candidato brasileiro do sexo masculino;

XIII - Certidão de nascimento ou casamento;

XIV - Ficha de inscrição gerada pelo sistema eletrônico do Processo Seletivo.

XV - Documentação comprobatória de atendimento à condição de pessoas com deficiência, negros ou indígenas conforme item 4 e subitens deste Edital.

9.8.2 A apresentação dos documentos constantes nos incisos II, III e VII são uma exigência do eSocial - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas.

9.8.3 Os candidatos que possuem identidade provisória ou identidade com data de validade vencida, independentemente de terem atuado no ano de 2018, deverão, obrigatoriamente, apresentar cópia de identidade com data de validade atualizada no ato da identificação de posto de trabalho.

9.8.4 Na hipótese da não apresentação da documentação prevista no item 9.8, dos incisos II a XV, para fins de atendimento a chamada para formalização do contrato, o candidato será automaticamente **RECLASSIFICADO** para o último lugar da lista de classificação, compondo assim nova lista.

9.9 Ao candidato é reservado o direito de obter apenas 1 (uma) **RECLASSIFICAÇÃO**.

9.10 A chamada dos classificados será divulgada conforme previsão do item 9.1.1 e será efetuada pela Superintendência Regional de Educação, sob a coordenação da Comissão Regional que deverá documentar em ata todas as ocorrências.

9.10.1 A **lista de classificação** e a situação de cada candidato que for convocado para apresentação de documentos estará disponível para consulta no **site www.selecao.es.gov.br**.

10. DA RESCISÃO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

10.1 De acordo com o artigo 14 da Lei Complementar 809/2015, a rescisão ou extinção do Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, antes do prazo previsto, poderá ocorrer:

a) pelo término do prazo contratual;

b) por iniciativa do contratado;

c) por conveniência do órgão ou entidade pública contratante.

10.2 A permanência do profissional está condicionada à realização de avaliação de desempenho a ser instituída especificamente para o cargo de que trata este processo seletivo, porquanto se evidenciada a insuficiência

de desempenho profissional, poderá acarretar a rescisão contratual.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

11.1 Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das normas contidas neste Edital.

11.2 É facultada à Comissão Central do Processo Seletivo ou à autoridade superior a ela, em qualquer fase do processo seletivo, promover diligências com vistas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

11.3 O Contrato de Prestação de Serviço será firmado pelo prazo determinado de 12 meses, conforme previsto na Lei Complementar nº 809/2015, podendo sua vigência ser prorrogada, por no máximo, igual período, condicionado à avaliação de desempenho e ao interesse da Administração.

11.4 A aprovação neste processo seletivo simplificado não assegura ao candidato a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado seguindo a ordem de classificação.

11.5 De acordo com a legislação processual civil em vigor, fica eleita a Comarca de Vitória como foro competente para julgar as demandas judiciais decorrentes do presente processo seletivo simplificado.

11.6 Os casos omissos serão avaliados pela Comissão Central do Processo Seletivo, conforme item 1.4 e levados à apreciação superior.

Vitória, 27 de outubro de 2020.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

ANEXO I

QUADRO DE PONTUAÇÃO

I - Da pontuação em Títulos

DESCRIÇÃO	PONTOS
A) Certificado de Conclusão ou Diploma, de curso técnico de nível médio em Secretariado e/ou Secretária Escolar e/ou na área de Informática e/ou Biblioteca e/ou Biblioteconomia e/ou Administração e/ou Recursos Humanos, com carga horária mínima de 800 horas, devidamente registrado, emitido por uma instituição pública ou privada regularizada pelo órgão próprio do Sistema Oficial de Ensino.	7 pontos
B) Diploma de graduação acompanhado de cópia simples do Histórico Escolar, ou Certidão de Conclusão da graduação na versão original ou cópia autenticada em cartório com data em que ocorreu a colação de grau, acompanhada de cópia simples do respectivo histórico escolar.	4 pontos

***Só será atribuída pontuação a 01 (um) curso de cada letra (A e B).**

II - Da pontuação por Experiência Profissional

DESCRIÇÃO	PONTOS
A- Tempo de atividade profissional no cargo/função de secretário escolar ou auxiliar de secretaria escolar no poder público e/ou iniciativa privada no período de 01/02/2008 a 31/08/2020.	0,4 pontos por mês trabalhado (máximo de 60 meses - 24 pontos)
B- Tempo de atividade profissional na área administrativa no poder público e/ou iniciativa privada, exceto na função de secretário escolar ou auxiliar de secretaria escolar no período de 01/02/2008 a 31/08/2020.	0,2 pontos por mês trabalhado (máximo de 60 meses - 12 pontos)

*Será considerada para efeito de experiência profissional aquela adquirida no período compreendido entre **01 de fevereiro de 2008 a 31 de agosto de 2020**. Favor observar o descrito no item 8.4.

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, residente e domiciliado no município de _____, inscrito no processo seletivo simplificado regulamentado pelo Edital nº _____, portador do CPF _____ e cédula de identidade _____, declaro que não possuo inscrição de PIS/PASEP. _____, de _____ de 20 ____.

Assinatura do candidato

ANEXO III

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO

Eu.....
. portador (a) do **CPF Nº** e **RG. Nº**.....
..... declaro, junto à **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, que não exerço e que não sou servidor (a) aposentado (a) em cargo, emprego ou função pública (Federal, Estadual ou Municipal) cuja acumulação seja vedada nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, do Art. 222 da Lei Complementar Nº. 46/94 e do Decreto nº 2724-R.

Art. 222 É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto de:

- I. Dois cargos de Professor;
- II. Um cargo de Professor e outro de Técnico ou Científico;
- III. Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissão regulamentada;

Estou ciente de que a licença sem vencimentos de cargo efetivo não caracteriza a hipótese de acúmulo, de acordo com a Súmula 246 do TCU: *O fato de o servidor licenciar-se, sem vencimentos, do cargo público ou emprego que exerça em órgão ou entidade da administração direta ou indireta não o habilita a tomar posse em outro cargo ou emprego público, sem incidir no exercício cumulativo vedado pelo artigo 37 da Constituição Federal, pois que o instituto da acumulação de cargos se dirige à titularidade de cargos, empregos e funções públicas, e não apenas à percepção de vantagens pecuniárias.*

..... (ES),..... de de 20....

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

SRE AFONSO CLÁUDIO
Endereço: Av. Marechal Deodoro, 72 - Afonso Cláudio/ES CEP: 29.600-000
Telefones: (27) 3735-8700 - 3735-8702 - 3735-8703
Municípios: Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra, Santa Maria de Jetibá e Venda Nova do Imigrante.
SRE BARRA DE SÃO FRANCISCO
Endereço: Rua Prefeito Antônio Valli, 934 - 2º andar - sala 202. Bairro Irmãos Fernandes - Barra de São Francisco/ES- CEP: 29800-000
Telefones: (27) 3756-8150 - 3756-8161 - 3756-8162 - 3756-8168
Municípios: Água Doce do Norte, Águia Branca, Barra de São Francisco, Ecoporanga e Mantenópolis.
SRE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
Endereço: Rua Quintiliano de Azevedo, nº 31 - Edifício Guandu Center - 1º, 2º, e 3º andares - Bairro Guandu - Cachoeiro de Itapemirim/ES. CEP: 29.300-195
Telefones: (28) 3515-2710 - 3515-2736 - 3515-2718 - 3515-2705 - 3515-2716
Municípios: Atilio Vivacqua, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Iconha, Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Marataizes, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul e Vargem Alta.
SRE CARAPINA
Endereço: Rua Chapot Presvot, 89 - Praia do Canto - Vitória/ES CEP: 29.055-410
Telefones: (27) 3636-9750 - 3636-9751 - 3636-9759
Municípios: Fundão, Santa Teresa, Serra e Vitória.
SRE CARIACICA
Endereço: Rua Santa Martha, nº 01 Campo Grande - Cariacica/ES CEP: 29.146-360
Telefones: (27) 3636-2750 - 3636-2754
Municípios: Cariacica, Marechal Floriano, Santa Leopoldina e Viana.
SRE COLATINA
Endereço: Rua Alexandre Calmon, nº. 416, Centro - Edifício Golden Center - Colatina/ES
Telefones: (27) 3722-9710 - 3722-9711 - 3722-9712 - 3722-9713
Municípios: Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindemberg, Itaguaçu, Itarana, Mariilândia, Pancas, São Domingos do Norte e São Roque do Canaã.
SRE GUAÇUÍ
Endereço: Av. José Alexandre, 713 - Centro - Guaçuí/ES CEP: 29.560-000
Telefones: (28) 3553-6610 - 3553-6612 - 3553-6613
Municípios: Alegre, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Lúna, Muniz Freire e São José do Calçado.
SRE LINHARES
Endereço: Rua Capitão José Maria, s/nº - Bairro Araçá - Linhares/ES CEP: 29.901-455
Telefones: (27) 3372-7960 - 3372-7969 - 3372-7963
Municípios: Aracruz, Ibirapu, Linhares, João Neiva, Rio Bananal e Sooretama.
SRE NOVA VENÉCIA
Endereço: Praça Jones dos Santos Neves, 175 - Centro - Nova Venécia/ES CEP:29.830-000